



PRESENCIAL

Governo publica regras para retorno ao trabalho

Página 2

ARTIGO

Carestia e fome: Está tudo caro!

Página 4

GOBBATO

Servidor concursado é diferente, é qualificado

Página 3



“SE VOTAR, NÃO VOLTA”!

Pode ser semana que vem. Pode ser mês que vem. Pode ser que nem vá a votação.

Pressão intensa de servidores no aeroporto JK e no Anexo 2 da Câmara Federal deixa parlamentares divididos quanto à reforma Administrativa

Fotos: Mário Hashimoto



Na área de desembarque do aeroporto JK, pressão pra cima dos traidores



No Anexo 2, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) elogia atuação do Sindsep-MT

Foram duas semanas em Brasília de intensa mobilização das Centrais, sindicatos (entre eles o Sindsep-MT) e servidores públicos das três esferas. Nas terças-feiras, recepção a parlamentares no aeroporto internacional JK, favoráveis a PEC 32, vindos de diversas partes do país. Já nas quartas-feiras à tarde, em frente ao Anexo 2, onde se encontram diversas Comissões, palavras de ordem como “se votar, não volta” ecoaram nos corredores do Anexo, que estava com forte aparato policial e restrições na entrada.

A pressão foi tanta que o governo federal e o presidente da Câmara Arthur Lira adiaram a votação por encontrar resistência dentro da própria base. Na calada da noite, num golpe sorrateiro, típico deste governo, substituíram deputados contrários, sendo que sete capachos são do partido Novo e aprovaram na comissão especial. Uma vergonha.

Na nossa página do Facebook (www.facebook.com/sindsepm) há um vasto material postado pela nossa assessoria de comunicação como vídeos, depoimentos e fotos mostrando como enfrentamos a tal “PEC da Rachadinha”.

“Ajustes” - Segundo consta, Arthur Lira não tem previsão de levar o texto ao plenário. Pode ser semana que vem, mês que vem ou até ano que vem. Espera o presidente Bolsonaro e sua equipe fazerem os “ajustes”, leia-se compra de votos, para obter os 308 votos necessários para aprovar a reforma administrativa. Ainda assim tem que passar pelo Senado, onde encontra forte objeção. O certo é que a pressão junto a parlamentares continua, nos estados, municípios, nas ruas e muito nas redes.

Voto em bloco - A categoria segue unida para derrotar a proposta que, na prática, pode representar o fim dos serviços públicos e direitos assegurados à população na Constituição de 88. A pressão tem sido fundamental e traz dificuldades ao governo na aprovação da PEC 32 no plenário da Câmara dos Deputados. Depois de uma votação apertada na Comissão Especial, lideranças de partidos da base aliada do governo já admitem que a aprovação da reforma Administrativa pode não acontecer mais esse ano.

Centrais sindicais e servidores se uniram para assinar uma carta direcionada aos deputados cobrando votos contra a PEC 32. Também essa semana, oito partidos políticos (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, REDE, PV e SOLIDARIEDADE) divulgaram nota alertando para a destruição dos serviços públicos trazida pela PEC 32/2020 e declarando voto em bloco contrário ao texto.

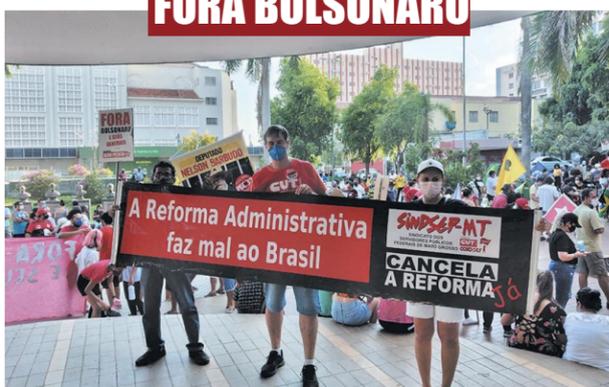
O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, vem dando sinais de que pode colocar a PEC 32 em pauta ainda nesse mês de outubro. A atenção dos servidores segue redobrada e a vigília em frente ao Anexo 2, além da pressão a deputados em aeroportos, bases eleitorais e redes sociais vão continuar sendo intensificadas. Há rumores de que Lira pode tentar manobras e colocar a matéria em pauta no dia 12 de outubro, em pleno feriado. A indicação é de que a matéria deve ser votada até o dia 18. Deputados, inclusive da base governista, vêm declarando publicamente voto contrário ao texto que mantém privilégios cristalizados e exclui a cúpula do serviço público, além de permitir apadrinhamento e contratação sem concursos por até dez anos. (com Condsef)

Fotos: Mário Hashimoto



O ato programado para o dia 2 de outubro em Cuiabá, apesar do calor, teve grande participação popular. Crianças, jovens, idosos, todos irmanados numa única causa. O #ForaBolsonaro, com comida no prato e vacina no braço levou participantes para a praça Alencastro onde houve apresen-

FORA BOLSONARO



tações artísticas e falas de pessoas dos mais variados segmentos. Em seguida, caminhada pelas ruas centrais da capital. Agora é ficar de olho no presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que pode colocar em plenário a votação da PEC 32 a qualquer momento ou até mesmo re-



cuar. O capacho de Jair Bolsonaro espera fechar a compra (não de vacinas) de parlamentares para obter maioria de 308 votos necessários. A mobilização nos aeroportos e no Anexo 2 surtiu efeito e vai continuar. Veja álbum de fotos na nossa página do Facebook: www.facebook.com/sindsepm

SERVIDOR

Governo publica regras para retorno ao trabalho presencial

A instrução normativa também traz uma lista de casos nos quais os servidores deverão permanecer em trabalho remoto como os que apresentem condições ou fatores de risco

Uma instrução normativa do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União nesta sexta-feira (1/10), traz regras para o retorno seguro e gradual de servidores e empregados públicos ao trabalho presencial. Pelo documento, a volta deve ocorrer com a observação das medidas sanitárias recomendadas pelo Ministério da Saúde como uso de equipamentos de proteção individual e de medidas em relação aos casos suspeitos e confirmados do novo coronavírus.

A instrução normativa não se aplica aos servidores e empregados públicos que exercem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais pelo Decreto nº 10.282, de 20 de março 2020.

A mesma instrução normativa traz uma lista de casos nos quais os servidores e empregados deverão permanecer em trabalho remoto. Na lista estão, por exemplo, os que apresentem condições ou fatores de risco como idade igual ou superior a 60 anos; tabagismo; obesidade; insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica entre outras. Também figuram na lista de risco quem tem hipertensão arterial; doença cerebrovascular; pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave),

Marcelo Camargo/Agência Brasil



imunodepressão e imunossupressão; doenças renais crônicas em estágio avançado, diabetes melito, além de doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; neoplasia maligna, cirrose hepática, doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia); e gestação.

Além de casos de saúde, ficam liberados do trabalho presencialmente pais e/ou responsáveis legais de crianças em idade escolar e inferior, em locais onde aulas presenciais e serviços de creche

ainda não tenham sido retomados.

Em todos esses casos a dispensa deverá ser solicitada pelo próprio servidor ou empregado público mediante uma autodeclaração enviada por e-mail à chefia imediata. A instrução normativa ressalta no entanto que quem fornecer informações falsas poderá sofrer sanções penais e administrativas. A chefia imediata do servidor deverá avaliar se o regime de trabalho remoto é compatível com a função desempenhada por cada um dos seus subordinados.

“Entende-se por trabalho remoto a execução das atividades fora das dependências físicas do órgão ou entidade pelos servidores e empregados públicos impossibilitados de comparecimento presencial ao trabalho, não se confundindo com o teletrabalho decorrente do programa de gestão a que se refere a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020”, ressalta a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia no documento.

Vedações

Servidores e empregados públicos que continuarem em trabalho remoto ou que estejam afastados de suas atividades presenciais não poderão receber auxílio-transporte, nem adicional noturno. Nesse último caso a exceção é para atividades que tenham necessidade de ser prestadas em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas da manhã do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata. Fica vedado ainda o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas, previstos na Lei nº 8.112, de 1990. (Fonte: Agência Brasil)

GRAU MÁXIMO

Ebserh é condenada a pagamento de adicional de insalubridade

Para Justiça do Trabalho, o Sindsep-MT é legítimo representante dos trabalhadores da categoria

A 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá julgou procedente a ação impetrada pelo Sindsep-MT contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), através da advogada Adriane Santos dos Anjos, que pleiteou em virtude da pandemia, pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo sobre o salário-base para todos os empregados da área médica, assistencial e administrativa e reflexos em férias com 1/3, 13º salário, FGTS, horas extras, feriados e adicional noturno.

Em sua fundamentação, o Juiz do Trabalho Alex Fabiano de Souza rejeitou a preliminar onde a empresa alegava a ilegitimidade ativa do sindicato pelo não cabimento de ação coletiva quanto a direitos individuais heterogêneos, como também por ausência da prova de representatividade. Por sua vez o magistrado diz que a representação do sindicato abrange todos os membros da categoria.

Adicional de insalubridade – Adriane dos Anjos alega que devido à pandemia seus substituídos que laboram na área médica, assistencial e administrativa no Hospital Universitário Júlio Mü-

ler/Ebserh fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade em grau máximo em razão de contato com pacientes portadores de covid-19, bem como pelo contato com colegas de trabalho que realizam o tratamento dos aludidos pacientes.

SETORES COM COVID

ACCR- ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E TRIAGEM DA G.O.; - NEONATAL; - U.T.I. NEONATAL; - AMBULATÓRIO 3; - CENTRO CIRÚRGICO; - C.M.E.; - U.T.I. ADULTA; - UCINCO; - N.V.E.

Diante do laudo bem fundamentado confeccionado pelo perito Patrick Roberto Depiné, Engenheiro de Segurança do Trabalho, o juiz deferiu o pedido de adicional de insalubridade, no percentual de 40% (grau máximo) a partir da data da propositura desta ação, para todos os empregados que trabalham naqueles setores citados e deferiu também os reflexos em férias com 1/3, 13º salário, FGTS, horas extras, feriados e adicional noturno.

O adicional deverá incidir sobre o salário básico, conforme §1º do artigo 21 do Regulamento de pessoal da Requerida. Ainda cabe recurso.

SEU FUTURO COMEÇA AGORA!

- GRADUAÇÃO**: DESCONTOS DE ATÉ 50%* DEPENDENDO DO CURSO, EXCETO O CURSO DE MEDICINA
- PÓS-GRADUAÇÃO UNIVAG**: DESCONTO DE 15% EM TODOS OS CURSOS
- UNIVAG IDIOMAS**: DESCONTO DE 15% EM TODOS OS CURSOS

Faça a sua inscrição
(65) 3688-6185
corporativo@univag.edu.br

UNIVAG SINDSEP-MT

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poçoão. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2019/2022

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice-Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **Secretaria Geral:** Fernando Pivetta; **Adj. Secretaria Geral:** Damásio de Souza Pereira; **Secretaria de Finanças:** Gildásio Ferreira Gomes; **Adj. Secretaria de Finanças:** Luciano Marcio Gaz-zani; **Secretaria de Administração:** Enildo Gomes; **Adj. Secretaria de Administração:** Nello Fortunato Ojeda; **Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **Adj. Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Edilson César Cunha; **Secretaria de Formação e Política Sindical:** José Olimpio da Silva Neto; **Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical:** Cícero José da Silva; **Secretaria do Interior:** Benedito Assis da Silva; **Adj. Secretaria do Interior:** Albir Alves de Brito; **Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Conceição Corrêa Costa Itacaraby; **Secretaria da Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador:** Aderbal Castro Queiroz; **Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Manoel Martins; **Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Idivaldo Bernardes de Oliveira; **Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Jilson Ruas do Nascimento; **Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Sandra Cristina Ribeiro; **Suplentes de Direção:** I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sergio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuza Divina de Jesus; VI - Jacira Weis. **Conselho Fiscal - Membros Efetivos:** I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; **Suplentes do Conselho Fiscal:** I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

VALÉRIO GOBBATO

“Servidor público concursado é diferente, é qualificado e não entrou por indicação”

Iniciou a carreira como guarda de endemias, passou por vários perrengues como mata-mosquitos e fala com propriedade sobre a PEC 32 e PEC 101

Estivemos em Sinop no dia 16 de setembro para uma entrevista agendada com Valério Gobbato, servidor de carreira desde 1987 atuando como guarda de endemias e atualmente ocupava o cargo de secretário de saúde do município na gestão Roberto Dörner. A pauta era sobre a valorização do servidor público. Para nossa surpresa, assim que chegamos à cidade soubemos da sua exoneração. Apesar disso, manteve o compromisso e no dia seguinte realizamos a conversa.

Valério disse que aceitou assumir a secretaria com a intenção de colocar as pessoas certas na pasta para depois deixar a função uma vez que havia decidido não mais assumir cargo público. Em 2006, na gestão do ex-prefeito Nilson Leitão também foi secretário. Antes disso foi supervisor geral até 1996 e coordenador do departamento de endemias.

Sobre a sua saída, disse que assumir uma secretaria de saúde de qualquer município é um grande desafio e que a pandemia foi um diferencial monstruoso. Apesar de seguir à risca o Plano Nacional de Imunização (PNI), críticas aconteceram com os procedimentos da vacinação. “Fomos cobrados para colocar mais gente para vacinar, fazer uma programação, mas como fazer isso se não havia doses suficientes e nem como saber a quantidade que vai ter na próxima semana. Mas foram críticas normais”.

Na pandemia o grande sufoco foi no final de março, início de abril, com mais de 50 pessoas internadas na UPA com covid, chegando a faltar oxigênio. “Chegamos a mandar pacientes para Manaus, foi um caos que só quem vivenciou sabe o quanto foi difícil”, disse.

Hoje o ex-secretário diz que seu afastamento foi sim político (o prefeito diz que não foi por ‘desalinhamento’), “pois não entrou na secretaria para fazer politicagem e a minha política é o SUS. Não vou aceitar na equipe técnica aquele famoso QI (quem indica)”.

Sobre a pandemia, Valério disse que o maior problema foi o presidente Jair Bolsonaro, que conseguiu semear na população muitas atitudes incorretas. “Enquanto você está presidente, tem que entender que não é pessoa física e sim líder de uma nação. Aí o líder faz aquelas aglomerações toda, sem máscara, achando que está tudo certo e indo contra a ciência dizendo que a vacina não é tão importante. Independente do ministro, se você tem um presidente jogando contra fica muito difícil”.

Sobre a PEC 32 – “O que nós precisamos é uma política diferenciada, uma política onde valoriza o servidor público, uma política onde tira essa imagem de que o servidor público é o famoso vagabundo e é o culpado pelo não funcionamento do país. E aí esta-

Foto: Mário Hashimoto



Segundo Gobbato, 90% dos terceirizados é por indicação, prejudicando o serviço prestado

mos vendo cada dia mais, o sucateamento e marginalização do servidor público. Paralelo a isso, devido a Lei de Responsabilidade Fiscal e um monte de outras desculpas, vem a terceirização do serviço público”.

“Eu não sou contra de maneira alguma de cargos comissionados, eu entendo que a gestão precisa sim dar a sua cara, mas nós precisamos de mais concursos, porque quando a pessoa assume um cargo na qual ele é concursado, ele teve que estudar muito para eliminar vários candidatos. Então ele é diferente, é qualificado e não entrou por indicação. Então ele não aceita esses ajeitamentos. Quando você vê o serviço terceirizado, 90% é por indicação e na sua grande maioria não tem conhecimento técnico, aí vem a porcaria do serviço prestado. Não é culpa do servidor de carreira, é por causa deste sucateamento e politicagem que está sendo feito a nível nacional”, desabafa.

Para Gobbato, a reforma administrativa deverá ser aprovada mesmo com a pressão exercida pelos servidores. “Eu sou muito realista. O servidor público hoje tem um desgaste perante a população. Então quando um deputado sai em defesa

do servidor público, politicamente ele não tem ganho em cima disso porque a população, e a mídia tem colaborado muito para isso, quer que o servidor seja escrachado, humilhado, seja culpado por tudo. Então quando o deputado vota contra a população até parece que ela gosta. Infelizmente. Quando um deputado começa a levantar a nossa bandeira, ele recebe as devidas sanções. Ele não tem mais emenda parlamentar, não consegue recursos para sua base eleitoral. E não vai ser fácil de você mudar tudo isso não. O serviço público está sendo extinto”.

O Estado está cada vez mais dimi-

nuindo a sua máquina. Aquela questão de que o concurso, de manter o serviço de qualidade isso não está acontecendo da maneira que era. Cada vez mais terceirização, cada vez mais sucateamento proposital para mostrar que não está sendo eficaz e aí eles terceirizam. E o grande prejudicado é a população que não tem o discernimento do que está acontecendo.

Sobre a PEC 101 – Como guarda de endemias no início da carreira, Valério opina sobre a PEC de autoria do deputado Mauro Nazif, do estado de Rondônia. “Acho uma incoerência, pois o servidor já tem o SUS. Se nós defendemos o SUS, porque precisamos de um plano de saúde diferente? Acho que tem que valorizar mas não é tão somente com plano de saúde. Isso não vai resolver. É preciso o reconhecimento do serviço que foi feito. Hoje somos poucos servidores daquela época na ativa, a maioria já aposentou, muitos morreram. E os que estão na ativa foram alocados nos diversos municípios, estão jogados num canto, varrendo pátio, esqueceram do conhecimento, da bagagem de cada servidor. Estão jogados, esperando aposentadoria ou esperando morrer”, lamenta.

Gobbato defende uma indenização financeira porque naquela época foram orientados que aquele veneno que a gente usava não era tóxico, que ele era só prejudicial aos seres invertebrados. “Então a gente podia pegar com a mão, dormir em cima das caixas de inseticidas, usar o mesmo balde na cozinha. Isso foi uma irresponsabilidade muito grande porque na época havia profissionais que sabiam do grau de toxidade daquele produto. E quando mudou-se do DDT para o malation foi a mesma situação. Nós não tínhamos equipa-

mento de proteção individual. Onde já se viu tirar o produto dentro de um tambor de 200 litros, chupando uma mangueira. Perdemos um colega há pouco tempo aqui em Sinop por isso. Como não tinha a questão de ficar doente na hora, ele é cumulativo, acabou depois de muitos anos desenvolvendo a doença, vindo a óbito”.

O ex-secretário justifica quando diz que não vê o plano de saúde como solução para tudo. “Se é isso que está vindo, excelente, vai ser um diferencial para ajudar. Mas nós temos outros problemas, não é só intoxicação. E quantos são dependentes químicos do álcool, quantos tem dificuldades de convivência familiar, pois viviam o tempo todo no campo e vinham só passar em casa? Quantas pessoas têm problemas de diabetes, colesterol devido à alimentação que tinham na época? O problema de intoxicação é sério? Claro que é. Mas quantas outras doenças foram adquiridas devido à qualidade de vida que existia naquela época? Onde você imaginaria colocar sete homens dentro da caminhonete cabine dupla, na carroceria um tambor de combustível, caixas de inseticida, caixas de comida e mais sacolas de roupas? Hoje o Ministério do Trabalho consideraria aquilo trabalho escravo. Parava-se na beirada do córrego e na maioria das vezes fazendo a comida com água poluída, dormindo em redes no meio do mato. Quando a gente fala dos antigos guardas de endemias, o Brasil tem uma dívida muito grande com eles, precisam ser reconhecidos, e não só com plano de saúde. Tem que ter sim uma indenização, até para o servidor ter uma melhor qualidade de vida”, desabafa.

A importância de ser filiado – “Eu tenho sempre falado para as pessoas daqui de Sinop e o João de Deus é testemunha disso, de que nós não temos hoje dentro do estado de Mato Grosso quem poderia ser melhor presidente que o Carlos. Ele como presidente do Sindsep tem feito um trabalho fantástico. Admiro o trabalho dele, temos algumas divergências políticas mas nunca discuti isso e respeito a posição do sindicato. Eu não sei quanto tempo ainda estarei na ativa e depois aposentado. Mas eu não vou me desfiliar nunca e aqui eu vou citar a frase de um antigo colega de serviço: ‘Caititu fora do bando é presa fácil’.

“Nós precisamos estar unidos cada vez mais. Então estes colegas nossos que desfiliaram, eu convido, eles a voltarem, Reavaliem e voltem. Porque do jeito que estão as políticas públicas perante o servidor, cada vez a gente está perdendo mais. E independente do presidente da República, da pessoa que está lá, nós não temos como esperar coisas boas se a gente não brigar por isso. É extremamente importante a filiação sindical.”

“Eu não sei quanto tempo ainda estarei na ativa e depois aposentado. Mas eu não vou me desfiliar do sindicato nunca.”

ARTIGO

CARESTIA E FOME: ESTÁ TUDO CARO!

CARMEN FORO*

Tudo caro: luz, gás, água, arroz, feijão, osso. É isso que o povo brasileiro tem repetido constantemente nas feiras, nas rodas de conversas pelas cidades brasileiras. Uma sensação de tristeza abate as famílias e muitas delas dormem sem ter o que comer. E são essas mesmas famílias que seus integrantes procuram alguma atividade, um bico e não encontram.

Desemprego em massa. Um aumento de 13,9% para 16,8%, entre as mulheres, segundo o IBGE. São milhões que estão nessa mesma situação de insegurança alimentar no Brasil, com esse desgoverno de Bolsonaro. Esta é a cara do país sem investimentos na área da agricultura familiar para produzir alimentos à população, que está passando por essa situação de sobrevivência muito grave.

A escassez de alimentos e a alta dos preços voltaram a fazer parte do cotidiano da maioria das famílias brasileiras. A fome e a carestia ameaçam a sobrevivência dos brasileiros e brasileiras, já que a perda do valor do salário é evidente.

Os preços da cesta básica aumentaram. E a causa desses aumentos tem a ver com os baixos investimentos desse desgoverno federal em políticas públicas para produção da agricultura familiar. E além das desfavoráveis negociações salariais no último período que não permitiram reposições salariais.

Esse desgoverno federal genocida, que menospreza os quase 600 mil mortos pela doença da covid, que atrasa a compra de vacinas, com demonstrações

claras de corrupção, expostas na CPI da pandemia, está preocupado com o agromercado, que historicamente produz para a exportação de alimentos e venda em dólar.

Quem paga caro com isso é o trabalhador, aquele que tem um salário para viver e que está percebendo a cada dia quando vai à feira, que seus rendimentos estão sendo corroídos pela inflação galopante, com preços do arroz, do feijão, da carne, que estão pela hora da morte.

Temos 14 milhões desempregados, sem auxílio emergencial, numa luta desigual pela sobrevivência, convivendo com uma inflação que corrói os rendimentos e afeta a vida do brasileiro e brasileira. Uma situação que coloca mais da metade da população do país num processo de insegurança alimentar grave.

Para diminuir essa conta ao consumidor brasileiro estão atentas as entidades públicas e de interesse social, para concretizar a oferta de alimentos aos segmentos carentes da sociedade, como as comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais, pescadores artesanais. E as centrais sindicais mobilizadas diante desses aumentos generalizados e constantes de produtos da cesta básica, que diminuem o poder de compra das famílias brasileiras, denunciando a negligência do governo Bolsonaro de não impulsionar a produção e aplicação de recursos para a agricultura familiar.

À nação brasileira, que voltou

a conviver com um passado de miséria, em que muitos voltaram a cozinhar à lenha, pois se comprar o botijão de gás, não tem o que comer, ou estão passando fome ou em situação de insegurança alimentar, não tem outra alternativa: é a mobilização contra essa política econômica genocida e exigir a criação de postos de trabalho, uma cesta básica de-

cente, que de acordo com o Dieese deve ser 5 vezes o valor do salário-mínimo atual. E exigir investimentos públicos para área da agricultura familiar para produzir alimentos para a população.

Vacina e comida para todos.

*CARMEN FORO É SECRETÁRIA GERAL DA BRASIL



FELIZ MÊS DE OUTUBRO 2021 ANIVERSÁRIO

NOME	DIA
ADALTON CARLOS DE MORAIS	16
ADEMALDO MARQUES DAS NEVES	01
ADIVANE MARCIA BARACAT	04
ADRIANA FONSECA BARBOSA	10
ALCIDES LIMA	01
ALIRIO ARTUR GUIMARÃES	20
ALMERINDA APARECIDA SILVA FELFILI	07
ANA CAROLINA DE LARA	15
ANA CLARA DE OLIVEIRA	22
ANA GONÇALINA DE PAULA	27
ANTONIO FERNANDES DE MELO	02
ANTONIO FLORIZEL DE ARRUDA	09
ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO	03
ARISTIDES GONÇALVES DE MORAES	29
ARTUR ALVES DA FONSECA	20
AURELIO NEZINHO DE ARRUDA	16
BENEDITA LEONIL GODOY LEITE	24
BENTA DUARTE COSTA	12
BRUNA LETICIA DE ASSIS E SILVA	22
CARLOS ROBERTO INACIO GONÇALVES	24
CASSIA DE FATIMA ALVES DIAS CAMARGO	12
CELSE ALFREDO SIMON	15
CELSE DE ARRUDA	11
CELSE GOMES GUIMARÃES	09
CICERO DIAS MOREIRA	21
CLAYTON JESUS DE OLIVEIRA SALES	21
CLENIRA TAVARES DE LIMA	16
DANIEL OLIVEIRA DE QUEIROZ	18
DENIS ALMEIDA RIBEIRO	08
EDIVALDO FERREIRA GOMES	14

EDNA DOS ANJOS BENEVIDES	10
EDNEIA MARIA DE CAMPOS	14
ELINETE LAURENÇO DE FREITAS GOMES	16
ELIONETH ATILA DE AGUIAR	05
ELZA DE FÁTIMA PEREIRA	13
ENIO GRIEBLER	14
EROTIDES MARIA DA SILVA	06
EROTILDES PEREIRA LEMES	06
EVANDRO RODRIGUES SOARES	26
FRANCISCA DE BRITO NANI	17
FRANCISCO CRIZANTO DELUQUI	25
FRANCISCO GALDINO DE ALENCASTRO	15
FRANCISCO REIS DE ALMEIDA FILHO	06
FRANCISCO RODRIGUES COIMBRA	05
GARIBALDI OLIVEIRA PINTO	02
GERSON ORIGUELA UMBELINO	03
GIVALDO LIMA	30
GRACE EMANUELLE G. D. ROCATTO	22
HILDO DA SILVA NOGUEIRA	07
IDELMA MACHADO COUTINHO DE SOUZA	15
IZAURA PINTO DO ESPIRITO SANTO	29
JACIRA WEIS	12
JAIR FRANCISCO SERPA	04
JAMES KIRIOS DE OLIVEIRA NOBRE	09
JANAINA TOSHIE RODRIGUES MARUYAMA	26
JEOVAR PEREIRA DE SOUZA	30
JOANA FONSECA DE FIGUEIREDO	21
JOAO BOSCO DE MORAES	30
JOAO CARLOS JANSSON	08
JOAQUIM ADEMIR DA SILVA	26
JOAQUIM LUIZ DE FIGUEIREDO	22
JOSE ANTONIO DE AMORIM	19
JOSE DOMINGOS DA SILVA FILHO	29
JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA	28
JOSE LUIS GONCALVES	11
JOSE RICARDO DE SOUZA	01
JULIANO LOPES LELLIS	23
JUSTINA LEITE MENDES	26
KELCIANE IURUPE RODRIGUES	25

LAERTE DE JESUS FREITAS	27
LAURIEL FRANCISCO DA SILVA	04
LAURO DIAS FERREIRA	31
LOURACI ARRUDA DA SILVA	04
LUCIO JOSE DA SILVA	25
MANOEL BATISTA DA MATA	30
MANOEL DAS GRACA E SOUZA	26
MARCIA ALVES DA SILVA AIRES	18
MARCIA REGINA THIAGO	16
MARGARIDA MARIA DE MELLO E BARROS	18
MARIA DE FATIMA OLIVEIRA	10
MARIA IRACEMA SILVA DE PAULA	26
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA SILVEIRA	18
MARIA ODILZA BATISTA REDEZ	26
MARILUCIA DA SILVA	08
NIVALDO DEODATO LUCENA	05
ODILON ALVES	23
PEDRO HENRIQUE DE FRANÇA	19
PLACIDA COSME DA SILVA	05
PLACIDO MANOEL DE ALMEIDA	05
RAISSA MARIAH FERRAZ MOREIRA	22
REGINALDO JOSE DE CARVALHO	27
RENATA REIS REGIS	22
ROSANGELA DE MEDEIROS SIQUEIRA	23
ROZANGELA DOS REIS ALMENDRO	05
SABINO ALVES DA SILVA	30
SELVINO FERREIRA DOS SANTOS	12
SERGIO WILSON DE OLIVEIRA	16
SILVIO DOS SANTOS SILVA	13
SONIA BARROSO GRANDO	17
SUELI GONÇALVES MONEA	27
TELMA GUSMAO OLIVEIRA	20
TEREZA SOKOLOWSKI	08
VALDECI ROSA DOS S. EVANGELISTA	07
WALTER CORREA	19
WANEIA LUCIA SILVEIRA DA SILVA	28